

25 a 27 de maio de 2010 – Facom-UFBa – Salvador-Bahia-Brasil

ARRANJOS CONTEMPORÂNEOS DA CULTURA NAS CIDADES: ARTE, EDUCAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA EM NOVA IGUAÇU

Ana Carolina Louback Lopes¹

Juliana Lopes da Silva²

Resumo

O presente artigo tem por objetivo contribuir para as discussões e reflexões sobre a centralidade da cidade na definição de políticas públicas, possibilitando novos arranjos entre Estado e sociedade civil. Em um segundo momento, o trabalho apresenta a experiência do Governo Municipal de Nova Iguaçu, na implementação da política integrada Bairro-Escola, onde a cultura aparece como eixo transversal de um programa com base na educação e na requalificação urbanística da cidade.

Palavras-chave: políticas públicas – cultura – educação – requalificação urbana – arte pública

Introdução

O direito à cidade está intrinsecamente relacionado à garantia dos direitos culturais. De acordo com o Estatuto da Cidade³, este direito englobaria o direito a cidades sustentáveis entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho, ao lazer e a uma gestão democrática do poder público. Já o exercício dos direitos culturais estaria na livre criação, fruição, difusão, participação nas decisões das políticas culturais, assim como o direito à identidade e a diversidade cultural. Importante ressaltar que os direitos culturais são parte dos Direitos Humanos fundamentados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional Relativo aos Direitos

¹ Mestranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP na área de Habitat. Correio Eletrônico: analopes@uol.com.br

² Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais – Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Correio Eletrônico: lopesju_rj@yahoo.com.br

³ Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais para a política urbana.



Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2001) (Texto Base da II Conferência Nacional de Cultura, 2010).

De acordo com os princípios da Agenda 21 da Cultura⁴, as cidades e os espaços locais são espaços privilegiados da elaboração cultural e constituem os âmbitos da diversidade criativa, onde a perspectiva do encontro de tudo aquilo que é diferente e distinto torna possível o desenvolvimento humano e integral. Esta convivência nas cidades implicaria em um acordo de responsabilidade conjunta entre cidadania, sociedade civil e governos (Agenda 21 da Cultura, 2004).

A atuação conjunta entre governos e sociedade civil ganha contornos no Brasil no período da redemocratização do País, a partir da Constituição de 1988, fortalecendo e favorecendo o surgimento das organizações não-governamentais, das fundações e do voluntariado. Essas organizações, em parceria com empresas estatais e privadas, ou com instituições municipais, estaduais e federais, têm-se destacado no cenário nacional e internacional pelo desenvolvimento de ações socioculturais em regiões de vulnerabilidade social, procurando construir, a partir do que já existe e com os que já ali atuam, processos participativos baseados no diálogo e na troca. Essas iniciativas, desenvolvidas em sua grande maioria com foco na participação de crianças e jovens, pretendem contribuir para a formação de uma consistente rede de proteção social, bem como de afirmação e de garantia de direitos.

A noção de desenvolvimento humano e social, utilizada por essas instituições, está de uma forma geral relacionada à ampliação das possibilidades, oportunidades e opções desses atores sociais. Cultura e desenvolvimento aparecem como processos e conceitos necessariamente interligados e compartilhados, enquanto responsabilidade de governos, instituições públicas e privadas. Em uma concepção contemporânea desta atuação conjunta há o conceito da gestão compartilhada fortemente difundida pelas políticas atuais do Ministério da Cultura⁵.

Para Rubem César Fernandes, o terceiro setor – “não-governamental e não-lucrativo” – seria organizado independente e mobilizaria a dimensão voluntária das pessoas. A entrada deste personagem acabaria por gerar mudanças nas relações entre

⁴ Documento que estabelece as bases de um compromisso das cidades e governos locais para o desenvolvimento cultural, aprovado no ano de 2004 na cidade de Barcelona pelo IV Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social de Porto Alegre, no Primeiro Fórum Universal das Culturas.

⁵ O conceito aparece fortemente associado ao Programa Cultura Viva – Programa Nacional de Arte, Cultura, Educação e Cidadania por meio da ação dos pontos de cultura.

Estado e mercado ao proporcionar uma expansão da idéia corrente sobre a esfera pública, ao incorporar a dimensão cidadã com a participação de indivíduos, grupos e instituições que teriam como fim suprir necessidades coletivas (FERNANDES, 1994).

A interação do terceiro setor com o Estado pode ocorrer em três níveis: prestação de serviços, pressão política sobre o Estado e apoio, com sugestões e exemplos alternativos de ação (NAVES, in: PINSKY, 2003, p. 577). Se, por um lado, é notável o aumento da participação de instituições do terceiro setor na implementação de políticas públicas, por outro sua atuação se vê muitas vezes ameaçada pela ausência de credibilidade de certas entidades, pela falta de apoio da mídia e de um marco regulatório satisfatório.

Helena Bomeny demonstra que, para os defensores do terceiro setor, este seria uma resposta efetiva às questões sociais, uma vez que acreditam em sua vocação pedagógica capaz de formar uma espécie de escola de “participação cidadã”. Apostariam também no dinamismo que ele seria capaz de imprimir ao mercado de trabalho ao abrir novas áreas de atuação não convencionais e um novo segmento econômico. Além destes argumentos, Bomeny situa que haveria a aposta no desenvolvimento do “capital social”, por meio da capacidade de interação dos indivíduos em funções estratégicas no processo de trabalho (BOMENY, 2005).

A experiência profissional junto à Coordenadoria-Geral do Bairro-Escola da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, cidade da Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, permitiu-nos presenciar um interessante processo de construção de políticas públicas articuladas com o Governo Federal e com instituições do terceiro setor. Políticas nas quais a arte e a cultura foram compreendidas como especiais ferramentas para o desenvolvimento integral de crianças e jovens da rede municipal de ensino e do processo de requalificação urbana da cidade. É este processo que apresentaremos a seguir: o Programa Bairro-Escola.⁶

⁶ Programa estratégico de governo do Prefeito Lindberg Farias, implantado a partir de sua primeira gestão, iniciada em 2005. Atualmente, o programa segue em vigor em uma segunda gestão do prefeito reeleito (2009 - 2012).

1. Recuo teórico: Cidade e Cultura

“O fenômeno urbano manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação. Sentido e finalidade da industrialização, a sociedade urbana se forma enquanto se procura. Obriga a reconsiderar a filosofia, a arte e a ciência. (...) Elas travam contato, de maneira cada vez mais premente, com uma exigência de totalidade e síntese. Fato que obriga a conceber uma estratégia de conhecimento, inseparável da estratégia política, ainda que distinta dela. Segundo qual eixo e que horizontes pensar essa estratégia do saber? Na direção da entrada para a prática de um direito: o direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados.” (LEFEBVRE, 1969, p. VII)

A urbanização das cidades, processo desencadeado a partir da Revolução Industrial, correu rápida pelo mundo. Segundo estimativa da ONU, 50,6% da população mundial deverá se concentrar em áreas urbanas em 2010. Mais do que uma transformação territorial, o que se descortina é um processo de transformação populacional, econômico, político e cultural. A vida urbana – ou urbanizada - assume um ritmo próprio, ditado pelos princípios fundamentais da produção. Embora as cidades precedam a industrialização, este processo as redefine: a Cidade, antes tida como o lugar da festa, torna-se o lugar do trabalho, da produção e da circulação do capital, deixando de ser valor de uso e passando a constituir valor de troca (LEFEBVRE, 2001).

“A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso.” (LEFEBVRE, 1991, p. 6)

Esse processo de urbanização induzido pela industrialização assumiria nos dias atuais um processo que Lefebvre classifica “implosão-explosão” da cidade. Os centros urbanos se ampliariam, atravessando as fronteiras nacionais, num tecido urbano cerrado, ignorando as particularidades locais. Não só os limites se ampliariam, mas também a ocupação das periferias e, sobretudo, as redes (bancárias, comerciais, infra-estruturais, etc). O tecido urbano seria o suporte para a instalação desta sociedade urbana e em sua base econômica apareceriam fenômenos de ordem social e cultural. A Cidade deixaria de ser apenas palco para se tornar também protagonista da vida urbana.

“É a cidade que lança as modas e as legitima. Mas é também na cidade que fervilham os conflitos, as tensões e as contradições, as múltiplas lógicas de (des)construção e apropriação do espaço.” (LOPES, 2000, p. 2)

Diversos autores defendem que só a partir do surgimento das cidades se desenvolveria a cultura, chegando alguns a afirmar não haver cultura sem cidade⁷. De fato, as aglomerações urbanas possibilitariam trocas de impressões, o contato com o que vem de fora e a formação de um sentido de coletividade. No entanto, a afirmação parece um exagero, sobretudo se pensarmos em uma concepção mais ampla de cultura, em termos antropológicos, que vai beber nas manifestações populares, muitas vezes oriundas de áreas rurais. De qualquer forma, pode-se afirmar que com as transformações do espaço urbano, novas culturas se moldariam. No período pós-industrial, mais do que isso, a cultura passaria não apenas a refletir a condição urbana, como também a constituir instrumento de sua transformação, num processo de recíproca interferência.

“Assim, vários autores defendem que o terreno das lutas sociais urbanas deslocou-se do domínio da produção para as esferas da cultura, da estética e do consumo. Os estilos de vida tornam-se, então, não apenas indicador de pertença classista, mas igualmente meio privilegiado de constituição das próprias classes sociais.” (LOPES, 2000, p. 18).

Com o crescimento das aglomerações populacionais, se, de um lado, alguns efeitos trágicos foram sentidos - como o enfraquecimento dos laços interpessoais, a intensificação dos conflitos sociais, a quebra das relações de interdependência e dos consensos normativos, etc. - por outro, contribuiu-se para a formação de subculturas. Como coloca Claude Fisher (apud LOPES, 2000), a elevação do grau de urbanização pode ocasionar quatro vantagens centrais, de interesse para o fortalecimento cultural de uma determinada sociedade. A primeira seria ampliação da variedade subcultural, a segunda, a intensificação destas subculturas, a terceira, uma proliferação das fontes de difusão e o estímulo à difusão dentro de uma subcultura e a quarta, uma diversificação dos índices de não-convencionalidade. Tais impactos poderiam, se reconhecidos, representar potenciais transformadores das sociedades urbanas.

Já para Rémy e Voyé (apud LOPES, 2000), apesar da possibilidade de uma diversificação cultural, as sociedades urbanizadas se deparariam com uma certa introspecção, fruto do enfraquecimento do conceito de coletividade e fortalecimento dos projetos individuais. Com isso, o espaço coletivo deixaria de ser o espaço público e este se desvitalizaria. A necessidade de ‘funcionalização’ do espaço público, levaria a seu desaparecimento e à proliferação dos lugares não socializados. Paralelamente, a

⁷ Ver NEGT, O. “Espaço público e experiência” In: PALLAMIN, 2002.

midialização traria um estímulo à privatização dos eventos culturais, o que intensificaria este processo de extinção dos ambientes públicos urbanos (PRIGGE, 2002).

Em paralelo, vale mencionar um outro fenômeno: assim como a cidade se torna produto, a cultura, fruto desta cidade, também se converte em mercadoria. Não à toa, grandes projetos culturais passam a integrar o cerne de políticas públicas de revitalização urbana pelo mundo, prometendo não só gerar grandes transformações espaciais, revertendo processos de deterioração urbana, como também converter complexos quadros de segregação social e violência⁸. Se tais metas são atingidas, há dúvidas. O que se pode afirmar é que a cultura passa a configurar um contundente instrumento de intervenção urbana, capaz de inverter vetores de valorização imobiliária e, conseqüentemente, as formas de ocupação da cidade.

“Nesse período, o mercado é afirmado como sendo aquela instituição reguladora prioritária no direcionamento de recursos econômicos e das relações sociais. Efetiva-se a tendência totalizante do capital sobre a cultura, expresso no papel central que esta tem assumido em seus mecanismos de reprodução e mediação. Sob tal dominância faz-se o elogio mercadológico do “produto cultural”, fomentando-se, ao mesmo tempo, a chamada “cultura de eventos”, associada aos novos padrões de consumo. Concorrendo para sua espetacularização, prioriza-se a cultura como mercadoria, associando-a à lógica do imediatamente rentável [Jameson, 1991].” (PALLAMIN, 2002, p. 104).

Contrapondo-se a este processo de mercantilização cultural e entendendo a produção artística como potencial instrumento de transformação social, surge o conceito de “arte pública”, que busca simultaneamente recuperar o espaço público e o caráter coletivo da produção artístico-cultural: “Uma forma de arte a ser assimilada em público e que representa sobretudo o próprio cidadão no espaço público parece ser uma das funções mais importantes da arte pública numa democracia”. (BÜTTNER apud PALLAMIN, 2002, p. 85).

Para Claudia Büttner (2002), o que faria de uma intervenção artística arte pública seria o “enfoque voltado para as necessidades dos destinatários”, ou ainda “uma pretensão de estabelecer uma relação entre a atividade artística e seus projetos e as preocupações de parte da sociedade”. Para a historiadora de arte, a arte pública, diferentemente de outros tipos de arte, demanda uma função, devendo de alguma forma ser necessária para o público. Só assim poderá interagir com a sociedade, sentido principal da obra.

⁸ Sobre este processo, ver ARANTES, O., MARICATO, E. e VAINER, C. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Apesar de partir da idéia da assimilação coletiva da obra, a arte pública não se volta a um público genérico, mas sim a grupos sociais específicos. Inspira-se nos conflitos sociais presentes, materializando-os por meio de intervenções artísticas no espaço urbano. Define territórios de culturas específicas, podendo, desta forma, trabalhar como elemento potencial no estímulo à apropriação do espaço público.

“Central to the development of new, more theorized practices of public art is the recognition that there is no ‘general public’ (only a diversity of specific publics), and the redefinition of its location as the public realm, rather than a physical site assumed to grant access to an undefined public.”⁹ (MILES, 1997, p. 84).

Estando tão atrelada à realidade sócio-espacial circundante, esta arte pública não é apenas pública, mas, antes de tudo, urbana, apresentando e representando imaginários sociais urbanos, trabalhando de forma harmoniosa aspectos materiais e simbólicos na construção do espaço público. A arte participa como constituinte e não como sendo construída (PALLAMIN, 1995), passando a constituir potencial recurso de intervenção urbanística.

“Sendo um campo de indeterminação, a arte urbana adentra a camada das construções simbólicas dos espaços públicos urbanos, intervindo nos modos diferenciais da produção de seus valores de uso, sua validação ou legitimação, assim como de discursos e formas sedimentadas de representação cultural ali expostas. Pode criar situações de visibilidade e presença inéditas, apontar ausências notáveis no domínio público ou resistências às exclusões aí promovidas, desestabilizar expectativas e criar novas convivências, abrindo-se a uma miríade de motivações.” (PALLAMIN, 2002, p. 108).

Para a arquiteta Vera Pallamin (1995), a Arte Urbana parte da inter-relação do plano da Estética Urbana com o plano da obra de Arte Pública, relacionando aspectos políticos, de legislação urbana e formação da paisagem a interpretações subjetivas e singularmente apreendidas. Desta forma, repercute as contradições, conflitos e relações de poder que constituem o espaço urbano.

“Nessa linha, a Arte Pública situa-se na interface entre a arte e o urbanismo, suscitando a reflexão sobre como ambos se interpenetram. Fomenta-se sua dimensão participativa crítica, na qual contribui para o desenvolvimento da percepção e da reflexão sobre as alterações que ocorrem no urbano, assim como a compreensão do seu papel diante de tais transformações: quais espaços e representações modela ou ajuda a modelar, quais balizas utiliza em sua atuação nesse processo de construção social.” (PALLAMIN, 1995, p. 158).

⁹ “Central para o desenvolvimento de novas, mais teóricas, práticas de arte pública é o reconhecimento de que não há “público geral” (só uma diversidade de públicos específicos), e a redefinição da sua posição enquanto terreno público, e não um campo físico assumido para garantir o acesso a um público indefinido”. (tradução dos autores)

2. A cidade: Nova Iguaçu

Nova Iguaçu, com seus quase 900 mil habitantes, configura entre as 20 maiores cidades do País. Situada na área metropolitana do Rio de Janeiro, às margens da Rodovia Presidente Dutra, a aproximadamente 35 km da capital, o município integra a Baixada Fluminense, região comumente atrelada aos preocupantes índices de pobreza e violência urbana. Em contrapartida, a cidade configura-se como um importante polo industrial, contribuindo com o quinto maior PIB da região metropolitana carioca. Trata-se, portanto, de um espaço de contrastes, característica comum a muitas das grandes cidades brasileiras.

Do ponto de vista urbanístico, a cidade reflete uma histórica ausência do poder público desde os primórdios de sua ocupação, o que deixaria diversas lacunas e permitiria a consolidação de uma estrutura urbana baseada na irregularidade e na precariedade da ocupação. Os núcleos populacionais se expandiram de forma desordenada, carecendo de infra-estrutura básica, o que produziu grandes contrastes urbanos e gerou um intenso processo de segregação sócio-espacial.

Com um território de 520,2 km², o município apresenta densidade demográfica bem acima da média estadual, contando com 1.449,60 hab/km², contra 328,08 do Estado do Rio de Janeiro. Apesar da forte irregularidade na ocupação, não há registro oficial quanto à existência de favelas, embora se estime a existência de cerca de quarenta assentamentos subnormais, em áreas públicas e particulares. São cerca de 200 famílias vivendo nos morros do centro da cidade e 3.000 às margens de cursos d'água. Segundo publicação elaborada pelo CIDE/ 2000, o déficit habitacional em Nova Iguaçu está em torno de 10,35%, em relação ao estoque existente.

No que diz respeito à economia, entre a população em idade economicamente ativa residente em Nova Iguaçu, cerca de 23% encontrava-se desempregada em 2000. 47,76% dos trabalhadores formais da cidade recebem entre um e dois salários mínimos e pouco mais de 1% ganha mais de quinze salários mínimos. A renda média dos trabalhadores residentes no município foi de R\$ 509,19 por mês em 2000 (FGV, 2000). Dada a carência de empregos, cerca de 40% da população iguaçuana está empregada fora dos limites do município, sobretudo na capital, o que faz de Nova Iguaçu uma espécie de “cidade-dormitório”, dificultando a criação de laços entre a população e a cidade.

3. A Política Pública Integrada: O Bairro-Escola

O Programa Bairro-Escola foi adotado como política estratégica de governo pela administração municipal de Nova Iguaçu, na gestão iniciada em 2005, diante de um quadro de forte precariedade urbana e baixos índices sócio-econômicos, associado a um orçamento bastante limitado. A inspiração para sua concepção veio da experiência de educação comunitária da ONG Cidade-Escola Aprendiz no bairro da Vila Madalena, em São Paulo, iniciada em 1997. Em Nova Iguaçu, entretanto, o projeto foi redefinido nos moldes de uma política pública, tendo como pólo articulador a educação e o desenvolvimento integral de crianças e jovens das escolas do município: integral não só no sentido de uma formação ampla, mas também enquanto ensino em período integral.

O programa de educação integral foi assumido como uma ampliação de tempos, espaços, envolvimento de atores sociais e oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens da rede pública do município. Em oposição ao modelo centralizador de educação geralmente presente nas políticas educacionais brasileiras, que concentra todas as atividades dentro do edifício escolar, o Bairro-Escola optou pela abertura da escola e utilização do bairro enquanto espaço pedagógico. Com isso, além de reduzir os custos, estimularia o retorno à cidade.

Sendo assim, o Programa se desenvolveu a partir de parcerias locais entre as escolas municipais e organizações e instituições da sociedade civil, que passaram a ceder seus espaços físicos em tempo ocioso para a prática de atividades culturais, esportivas e de aprendizagem. Com isso, pode-se dizer que o grande diferencial do Programa está no reconhecimento da precariedade de recursos e na instituição de ações flexíveis e criativas. Pretendendo ser um contraponto aos chamados “projetos de grife”, cujos altos investimentos, muitas vezes, convertem-se em meros instrumentos de marketing urbano, levando à valorização da terra e à expulsão populacional (ARANTES et al., 2000), o Bairro-Escola soube resgatar as potencialidades implícitas a qualquer configuração urbana, proporcionando-lhe, entretanto, um caráter intencional, consciente, e conseqüentemente, político.

“[...] o Bairro-Escola atua primeiro em escala local, melhorando as condições do bairro e de sua comunidade, visando assim estimular a apropriação do território e a instituição de um sentimento de pertencimento. Trata-se de devolver a cidade à população, proporcionando condições agradáveis e seguras de utilização do espaço urbano.” (PMNI, 2006, p. 05).

Do ponto de vista conceitual, uma das principais contribuições para a formulação do Programa foi o princípio das Cidades Educadoras, conceito oficialmente instituído em 1990, com a realização do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras em Barcelona, e muito defendido pelo pedagogo Paulo Freire¹⁰. A ideia de Cidade Educadora parte da consideração da própria cidade – em seu uso e evolução – como principal instrumento de formação da sociedade, atribuindo ao espaço urbano funções educativas.

“O conceito de cidade educadora acolhe e inter-relaciona processos educativos formais, não formais e informais. A cidade educativa é um emaranhado de instituições e de lugares educativos. Os nós mais estáveis e óbvios dessa trama são constituídos por instituições formais de educação (escolas, universidades, etc). Porém, coexistem com elas, por um lado, todo o conjunto de intervenções educativas não formais (organizadas a partir de objetivos explícitos de formação ou ensino, mas fora do sistema do ensino regulamentar: educação no tempo livre, auto-escolas, etc), e, por outro lado, o difuso e penetrante conjunto de vivências educativas informais (espetáculos, propaganda, relações de amizade, etc). Quem sabe o meio urbano seja precisamente o melhor exemplo das constantes interações entre esses modos de educação.” (**Carta das Cidades Educadoras**, 1990).

Dado o caráter interdisciplinar da proposta, o Programa Bairro-Escola partiu da articulação das diversas secretarias de governo, direcionando as várias políticas públicas para um mesmo foco, tendo por principais eixos (1) re-qualificar o espaço urbano, (2) promover a formação integral de todas as crianças e jovens do município e (3) combater a violência urbana, valorizando o direito à vida. A escola foi adotada como local privilegiado de integração das intervenções urbanas e sócio-culturais, partindo dela toda uma rede de agentes e espaços articulados. A política educacional passou a integrar-se às demais políticas públicas, em seus princípios e ações. O bairro deixava de ser apenas um território de convivência social e passava a ganhar uma dimensão cultural e educativa, potencializando-se atividades, lugares, histórias e saberes ali existentes.

4. A Cultura: as políticas culturais do Bairro-Escola.

A política municipal de cultura de Nova Iguaçu ao se integrar ao Bairro-Escola tomou como opção a descentralização e a democratização de suas ações do centro para a periferia da cidade. Nova Iguaçu, cortada pela linha do trem e pela rodovia Presidente

¹⁰ Enquanto Secretário de Educação do governo municipal de São Paulo (gestão 1989 – 1993), Paulo Freire participaria da formulação da proposta das Praças de Equipamentos, projeto embebido no conceito das Cidades Educadoras. Mais tarde, esta ideia seria reformulada, dando origem ao projeto dos CEUs.

Dutra, apresenta um território fragmentado, o que faz com que os bairros se tornem autônomos em suas redes de serviços e pouco se relacionem com o restante da cidade.

Apesar do município contar com um órgão específico de cultura, a institucionalização deste setor é bastante frágil, com restrita infraestrutura, recursos humanos enxutos e orçamento escasso para a gestão de suas políticas e ações. O município não dispõe de legislação específica para a área cultural e conta com um único equipamento municipal de cultura, localizado no centro da cidade. Sendo assim, e partindo do princípio da cidade como local privilegiado para a experimentação estética e desenvolvimento de processos artísticos e culturais, a política municipal de cultura estruturou-se em quatro eixos principais: gestão democrática, difusão, formação e equipamentos culturais.

Uma das primeiras ações voltadas à otimização e democratização desta estrutura institucional foi a realização da I Conferência Municipal de Cultura no ano de 2005, que desencadeou a formação do Conselho Municipal de Cultura. A cidade vivia pela primeira vez um momento de debate e de construção coletiva de suas políticas. A partir deste momento, iniciou-se a elaboração do projeto de lei para a criação do Fundo Municipal de Cultura e da Lei de Incentivo Municipal. Adotando a política dos editais, a fim de criar uma gestão mais democrática, aberta e participativa, o primeiro edital do Fundo Municipal de Cultura Escritor Antônio Fraga foi lançado em 2008 e contemplou 30 projetos artístico-culturais da cidade. Em 2009 foi realizada a II Conferência Municipal de Cultura e a renovação do Conselho Municipal de Cultura.

Na linha de difusão cultural, a secretaria municipal optou por interiorizar suas ações por meio do cinema nos bairros e a realização do primeiro festival de cinema da cidade, intitulado de Iguacine, atualmente em sua terceira edição. O audiovisual tem sido fomentado pela Escola Livre de Cinema, parceria com a ONG Reperiferia. A escola de cinema promove oficinas para crianças, jovens e adultos e conta com uma sala de exibição para 200 pessoas¹¹. Além do fomento ao audiovisual, a Secretaria manteve o apoio aos festivais de teatro e dança já realizados e consolidados na cidade.

Na integração das ações com o programa Bairro-Escola, a formação em artes e em cultura foi adotada como a linha principal de investimento. O foco eram as crianças e jovens da rede municipal de educação e da comunidade em geral. As oficinas culturais

¹¹ A cidade conta somente com três salas de cinema no principal shopping da cidade localizada no centro da cidade.

do Bairro-Escola passaram a integrar o projeto da escola em tempo integral, sendo oferecidas às crianças do primeiro segmento. Ministradas por jovens bolsistas moradores de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense e coordenadas pela Secretaria Municipal de Cultura, as oficinas buscavam estimular as crianças a conhecerem seus bairros, por meio dos espaços, das histórias, das dinâmicas e dos atores sociais e culturais, a partir de diferentes linguagens artísticas e experimentações estéticas.

O Edital Escola-Viva/ Bairro-Escola, fruto de uma parceria com a Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura, desenhou as ações das oficinas culturais para o segundo segmento escolar. Por meio da seleção de projetos de oficinas artísticas e culturais de organizações da sociedade civil locais, surgiram os “pontinhos de cultura”, forma como foram apelidados pelo governo municipal. De acordo com o site do projeto, o objetivo geral da ação seria “fornecer aos grupos culturais locais subsídios para que com os seus próprios meios de expressão despertem nas/nos estudantes e na comunidade local em geral uma identificação que possa resultar na descoberta de que a cultura pode ser um instrumento pedagógico.” (www.bairroescola.novaiguacu.rj.gov.br)

A parceria com a educação seguiu por meio da expansão da rede municipal de bibliotecas que passariam de escolares para bibliotecas municipais abertas à comunidade. A esta rede se integrariam também as bibliotecas comunitárias, com distribuição periódica de acervo da “biblioteca central” para as ditas “ramais”. O único equipamento cultural municipal – o Espaço Cultural Sylvio Monteiro – tornou-se sede do Pontão de Cultura, por meio do convênio com o Ministério da Cultura, mantendo suas atividades regulares no fomento às artes, tais como a galeria de artes plásticas, os espetáculos de música, dança e teatro e as oficinas livres.

Por fim, a fim de demarcar os “caminhos” percorridos pelas crianças em cada bairro-escola, teve início o projeto Acervo de Arte Pública, uma espécie de Museu Aberto, que buscava integrar as políticas educacionais, culturais e urbanas em torno de um projeto único de cidade. Este projeto aprofundaremos a seguir.

4.1. Arte, Educação e Requalificação Urbana: O Acervo de Arte Pública

Contrariando grande parte das políticas urbanas atuais, baseadas nos princípios do planejamento estratégico, que visa intensificar o caráter competitivo das cidades inserindo-a num contexto global, as intervenções urbanas do Bairro-Escola tomaram por preocupação central o aspecto local, propondo a consolidação de uma malha urbana

articulada, mas não hierarquizada. O objetivo do programa estaria na valorização das potencialidades de cada bairro, de modo a constituir núcleos autônomos do ponto de vista não só urbano, mas, sobretudo, sócio-cultural, respeitando-se assim as comunidades locais e as subculturas presentes em cada região.

Sendo assim, a política de requalificação urbana do Bairro-Escola buscou, antes de tudo, reforçar a constituição das redes locais, estimulando a circulação da população pelo bairro e o reconhecimento das potencialidades ali existentes. O planejamento das ações a serem implementadas partiu do mapeamento destas redes, as quais foram constituídas tanto por espaços físicos – equipamentos sociais, praças, instituições religiosas parceiras e outros imóveis cedidos pela comunidade – como por indivíduos, fossem eles moradores ou usuários do bairro que pudessem contribuir com suas experiências pessoais.

Estas redes locais tinham a escola como sede, representando um núcleo central ao qual todos os núcleos complementares deverão se articular. Além da estruturação destes núcleos de acordo com as diretrizes do programa, a política de requalificação urbana do Bairro-Escola tomou como uma das ações principais a articulação destes núcleos, o que foi materializado por meio da instalação de “trilhas educativas”. Estas trilhas consistem na demarcação dos caminhos a serem percorridos pelos alunos da rede municipal de ensino, caminhos este que articula os diferentes núcleos do bairro.

A criação destas trilhas envolveu um trabalho inter-setorial complexo, abarcando ações para adaptação das calçadas, iluminação pública, arborização, transporte, controle do tráfego, comunicação visual e, em especial, arte pública. O Acervo de Arte Pública do Bairro-Escola, coordenado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo em parceria com a Secretaria Municipal das Cidades, toma por principal objetivo realizar intervenções artísticas nos muros de casas residenciais e nos espaços parceiros do programa, a fim de demarcar as “trilhas educativas” do programa”.

O projeto foi implementado em parceria com empresários, comerciantes, organizações não-governamentais e atores sociais locais. Como estratégia inicial de trabalho, foi realizado mapeamento e diagnóstico dos artistas locais e, a partir daí, uma mobilização do bairro, de modo a incentivar a participação de jovens grafiteiros e pintores locais na construção dos murais artísticos. Paralelamente havia o estímulo à participação da comunidade e uma consulta prévia aos moradores quanto ao interesse em ter seus muros pintados com desenhos artísticos. A participação dos moradores

ocorreu tanto na adesão ao projeto e na autorização da pintura de seus muros, quanto na construção dos murais coletivos.

A pintura dos muros ao longo dos caminhos entre os diferentes equipamentos da rede local do Bairro-Escola constituiu uma ação que, além de cumprir a função originalmente pensada que era a demarcação dos trajetos, funcionou como importante elemento transformador da paisagem do bairro, gerando rápidas manifestações positivas dos moradores, que passaram a oferecer seus muros para o trabalho dos artistas locais. Aos poucos, criava-se uma espécie de museu a céu aberto, onde artistas expunham suas obras, o público interagiu e, complementarmente, a paisagem do bairro se modificava e a população dele se apropriava. As trilhas educativas se tornavam assim corredores de arte pública.

Criava-se assim um novo olhar a cerca do espaço urbano, ressaltando uma diversidade de realidade e de possibilidades de leitura. Ao parar, pensar e interagir com o espaço que lhes é oferecido, a população começou a se apropriar do território que ocupa, passando a assumir o papel de legítimos gestores e construtores de seu próprio bairro.

5. Considerações Finais

Com este artigo procuramos atrelar prática e teoria, discutindo o conceito contemporâneo da centralidade da cidade para a definição de políticas públicas, e, em especial, as culturais. Por meio do relato da prática de implementação de um programa de governo ainda em curso, procurou-se apontar potenciais caminhos para novas condutas de intervenção em grandes cidades, entre os quais se destacam a valorização dos aspectos locais, a articulação intersetorial e a formulação de novos arranjos entre Estado e Sociedade Civil. Enfatiza-se a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas integradas e transversais às diversas esferas de governo, assim como a ampliação dos canais de comunicação entre Governo e Sociedade, tomando-se a cidade espaço privilegiado destas transformações.

“É que a cultura na e para a cidade nem sempre significa cultura de cidade. Esta última só é possível quando se enriquecem os modos de vida quotidianos e os canais de comunicação. Mais do que um efeito de marketing, trata-se de um esforço de cidadania.” (Teixeira Lopes)

6. Bibliografia

Carta das Cidades Educadoras. Declaração de Barcelona. Barcelona, 1990.

ARANTES, O., MARICATO, E. e VAINER, C. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BOMENY, H. Ciências Sociais e “terceiro setor”: receptividade e críticas. In: **Interseções: revista de estudos interdisciplinares.** Ano 7, n. 2, 2005.

BRASIL.MINC. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006:** estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Brasília: MinC, 2007.

_____. **Texto Base da II Conferência Nacional de Cultura.** Brasília: MinC, 2010.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público:** o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FREIRE, P. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001 e Editora Moraes, 1991.

LOPES, João Teixeira. **A Cultura e a Cidade:** Um estudo sobre práticas culturais urbanas. Lisboa: Editora Afrontamento, 2000.

MILES, M. **Art, space and the city.** New York: Routledge, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU - PMNI. **Manual de Gestão do Bairro-Escola.** Nova Iguaçu: PMNI, 2006.

_____. **Bairro-Escola: fazendo de Nova Iguaçu uma Cidade Educadora.** Material de divulgação. Nova Iguaçu, 2006.

PALLAMIN, V. (org.). **Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana.** São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PALLAMIN, V. Arte urbana: aspectos preliminares. In: **Revista Caramelo.** São Paulo, n.7, p.154-159, 1995.

PINSKY, C. e PINSKY, J. **História da cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003.